

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.826 - MT (2019/0121157-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : THAYS MACHADO
ADVOGADO : RAFHAEL NAVES DIAS - MT014847
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : CARLOS ANTONIO PERLIN E OUTRO(S) - MT0170400

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por THAYS MACHADO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim ementado:

RECLAMAÇÃO - RESOLUÇÃO Nº. 3/2016 - RECURSO INOMINADO JULGADO PELA TURMA RECURSAL - AÇÃO PROPOSTA ORIGINARIAMENTE PERANTE O JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA - MECANISMO PRÓPRIO DE SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA PREVISTO NA LEI Nº. 12.153/09 - RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA.

A Reclamação é oponível no âmbito dos Juizados Especiais Comuns Estaduais, a fim de adequar o entendimento adotado em acórdãos proferidos pelas Turmas Recursais à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo ou em enunciados de súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

No âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, regido pela Lei nº.

12.153/2009, não é cabível reclamação, tendo em vista a existência de sistema próprio para solucionar as questões de direito material.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que

se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, quanto à alínea c, incide também o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente